



Movimento negro no ensino de história: o jornal A Alvorada como uma possibilidade de concretização da lei 10.639/03.

Natiele Gonçalves Mesquita *

Carmem G. Burgert Schiavon **

Resumo: Este trabalho versará sobre as pesquisas iniciais acerca das possibilidades do uso do jornal *A Alvorada* para o processo de ensino-aprendizagem em História tendo como horizonte contemplar a Lei 10.639/03. O periódico *A Alvorada*, que circulou na cidade de Pelotas entre os anos 1907 e 1965, foi idealizado e editado por intelectuais negros residentes na cidade. Desta forma, tendo como premissa que a organização de tal periódico se configura em um movimento negro local, apresenta-se a reflexão sobre algumas perspectivas de trabalho desta temática no cotidiano da sala de aula, tendo como horizonte a afirmação da autodeterminação da comunidade negra na região.

Palavras-chave: jornal *A Alvorada*. Ensino de História. Lei 10.639/03.

Abstract: This paper will focus on the early research on the possibilities of the use of the newspaper *A Alvorada* to the process of teaching and learning in history with the backdrop contemplate the Law 10.639/03. The newspaper *A Alvorada*, which circulated in the city of Pelotas between the years 1907 and 1965, was designed and edited by black intellectuals living in the city. Thus, with the premise that the organization of such periodic movement is configured in a black movement, presents some reflection on the job prospects of this subject in classroom at the horizon of the assertion of self-determination of the black community in the region.

Keywords: *A Alvorada* newspaper. Teaching of History. Law 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como horizonte a proposição de que a história do movimento negro

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande/PPGH-FURG, Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas.



e suas lutas sejam utilizadas como temas geradores para o ensino de História, visando a concretização da educação para as relações étnico-raciais. Neste sentido, pretende-se a reflexão acerca do uso da história local como um componente da construção de pertencimento dos educandos e educandas frente aos conteúdos escolares. Sendo assim, sugere-se o jornal *A Alvorada* como uma das ferramentas possíveis para que tais questões sejam trabalhadas na região de Pelotas¹.

A história da África, da cultura afro-brasileira e africana e a história da luta de negros e negras no Brasil encontra-se desvinculada dos currículos escolares durante grande parte da trajetória das instituições de ensino básico. Mediante a ação do movimento negro e militantes antirracistas, a Lei 10.639 foi sancionada em 2003, estabelecendo a obrigatoriedade das temáticas supracitadas, bem como a cultura indígena, em 2008, com a Lei 11.645².

A publicação desta lei traz em si a discussão das relações étnico-raciais, além da construção tardia da visibilidade histórica da população afro-brasileira, bem como o fortalecimento da identidade negra. Esta invisibilidade fora sendo constituída até mesmo como política de estado durante grande parte da história do Brasil como, por exemplo, o branqueamento, proposto na década de 1910. Sobre isto, Santos ressalta:

Além do Brasil, o branqueamento foi um projeto político da maioria dos governos da América Latina, que acreditavam que os europeus eram superiores. [...] Segundo a teoria do branqueamento, a miscigenação tornaria as pessoas mais claras, processo que era incentivado pelo cruzamento racial, pela imigração de europeus e pela política de proibição da imigração dos não-brancos, oriundos dos continentes africano e asiático (SANTOS, 2011, p. 94-95).

Desta forma, muito mais do que invisibilizar a população negra, esta ideia de branqueamento buscava eliminar a influência africana na constituição do povo brasileiro; segundo o trecho supracitado, a imigração europeia representa um advento desta política. Não obstante, esta política de branqueamento, baseada nos princípios da eugenia, fez com que até

** Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS; professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

¹ Ressalta-se que este trabalho é fruto de uma pesquisa de Dissertação em andamento, logo, os resultados e discussões ainda são inconclusos, porém, a problematização da temática se demonstra útil desde já.

² O texto da lei prevê: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da História e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da História da África e dos africanos, a **luta dos negros** e dos povos indígenas no Brasil, a **cultura negra** e indígena brasileira e o negro e o índio na **formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil**” [grifo nosso].



a formação de professores e professoras de séries iniciais fosse levada a avaliar o andamento desta política de estado nos idos de 1930 e 1940 (CUNHA, 2005, *passim*).

Adiante do próprio currículo escolar, que até então não contemplava toda a totalidade da população brasileira, a Escola vem reproduzindo o racismo em seu cotidiano, até mesmo nos livros didáticos, haja vista que este também reproduz estereótipos, como afirma Silva, ressaltando a inferiorização das diferenças e, desta forma, se acrescentam as diferenças étnico-raciais (SILVA, 2010, p. 22). Sendo assim, esta reprodução contribui para a manutenção de práticas excludentes, caso os educadores e educadoras não se encontrarem preparados para mediar os estereótipos apresentados nos materiais didáticos.

Não só isso, pois os indicadores apresentam desigualdades veementes entre as trajetórias escolares de brancos e negros; por exemplo, no *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil* do biênio 2009-2010, os números expressam a agudez do racismo brasileiro, tendo em vista que este Relatório comprova que os jovens negros são os primeiros a abandonar a Escola, bem como são os mais atingidos pela repetência escolar. Isto no campo educacional, afora outros setores, como na saúde e segurança, onde também se verificam discrepâncias entre negros e brancos, sendo os primeiros em desvantagem em relação aos segundos.

A partir deste contexto está situada a Lei 10.639/03, que “rompe com a ideia de subordinação racial no campo das ideias e das práticas educacionais, e propõe reconceituar, pela escola, o negro, seus valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira” (ROMÃO, 2005, p. 12), ou seja, a Lei busca romper com esta subordinação, pois a história do movimento negro, das suas práticas, manifestações, lutas e conquistas, aparece como uma possibilidade de se estabelecer como um conteúdo que visa a constituição da história da autonomia e dos espaços de auto-organização e resistência da população negra, construindo-se uma imagem positiva, que poderá servir como base para possibilitar a edificação do sentimento de pertencimento dos educandos e educandas frente aos temas trabalhados na Escola. Além disso, também se busca ir além do período da violência da escravidão, que muitas vezes se configura como um dos poucos momentos – se não o único – do currículo escolar, em que se estuda a população negra.

Para um ensino de História que contemple a alteridade, se deve compreender que a Escola possui “responsabilidade social e educativa” sobre a construção de uma cultura antirracista (GOMES, 2005, p.43-44). No entanto, a pedagoga Francisca Sousa alerta para a invisibilidade da temática da história dos negros no Brasil nos currículos escolares. Não só



isso, como também se verifica visões inferiorizadas desta população nos livros didáticos e paradidáticos, além da própria negação ou amenização do racismo no ambiente escolar, contribuindo dessa forma para a manutenção de práticas racistas na Escola (SOUSA, 2005, p. 109-110).

MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Como movimento negro, se entende “todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo fundadas e promovidas por pretos e negros” (SANTOS, 1994, *apud* DOMINGUES, 2007, p. 102). Desta forma, se pode utilizar de uma série de organizações negras, como associações de trabalhadores, clubes sociais, esportivos, carnavalescos, casas religiosas de matriz africana, entre outros.

O autor Petrônio Domingues analisa a trajetória do movimento negro e a esquematiza em etapas para fins analíticos. Assim, Domingues demonstra em suas linhas, como a trajetória da organização negra foi dialogando não só com o Estado mas, também, com toda a sociedade, traçando a identidade do negro no Brasil frente a todo o dinamismo deste movimento, que se avalia e reinventa ao longo dos anos. Desta forma, esta trajetória também pode se configurar como um eixo temporal que narra a história do país, haja vista que – como não poderia deixar de ser – o movimento negro está imerso nas conjunturas nacionais e internacionais.

A primeira destas etapas traçadas por Domingues, tangencia o período compreendido entre o início da República e o Estado Novo (1889-1937), momento em que a aurora republicana trazia em si todos os valores de branqueamento, da democracia racial, da marginalização de libertos e negros livres. Tais elementos tão explicitamente racistas levaram a população negra a se organizar na forma de grêmios, clubes ou associações de diversos caracteres, indo de configuração artística, recreativa, carnavalesca, futebolística à jornalística, política, de gênero, entre outros. Vale ressaltar que além dos arranjos puramente raciais, também existiam os negros que se ligavam a outras organizações que não as especificamente negras, porém, a inserção destes ainda era bastante diminuta, devido as já mencionadas características sociais racistas vigentes.

Neste contexto, o jornal *A Alvorada*, editado em Pelotas, a partir de 1907 e circulando até o ano de 1965. Este periódico, que circulava semanalmente, tinha como objetivo contemplar em suas páginas a população negra e operária da região, divulgando em suas páginas os eventos desta comunidade. Não só isso, o jornal também se configurou em um



veículo de denúncia do racismo no âmbito regional, nacional e internacional e, também, tornava público discussões em torno da negritude brasileira, como a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931 e, posteriormente, a formação da Frente Negra Pelotense, em 1933, atuando também como um espaço de propaganda desta organização local. Além disso, diversas discussões em torno do sindicalismo eram trazidas à tona pelos articulistas que pensavam o jornal.

Na década de 30, o salto qualitativo do movimento negro se deu devido à fundação da Frente Negra Brasileira, em São Paulo que, em 1936, tornou-se partido político. Esta primeira fase do movimento negro, caracteriza-se, entre outras questões, pela conjuntura de ascensão do nazi-fascismo e pan-africanismo; denúncia do mito da democracia racial ainda tímida; movimento social que conseguiu ter caráter de massa; distanciamento de alguns símbolos ligados à cultura negra; pró-mestiçagem. Já, nesta fase, se apresenta a educação, ou melhor, a deficiência desta, como sendo um dos fatores responsáveis pela marginalização do negro, juntamente com a escravidão e o despreparo moral. Por conseguinte, a educação é posta como a solução para o combate e extermínio do racismo.

Na segunda fase, compreendida pelo fim do Estado Novo até o golpe civil-militar (1945-1964), o jornal teve em seu momento inicial a rearticulação do movimento abafado pela repressão da ditadura varguista e, em seguida, a ampliação de suas ações, devido à continuidade dos elementos racistas agravados pela competição e ampliação de mercados. Entretanto, esta fase do movimento negro inicia seu período de movimento de vanguarda, que ainda permanecerá na terceira etapa.

Nesta fase, a conjuntura internacional do movimento negro encontrava-se centrada no momento de afirmação da negritude e descolonização da África, com lutas de combate ao racismo pelas vias “educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa” (DOMINGUES, 2007, p. 118). Não obstante, neste período o movimento negro não encontra respaldo nem na direita, nem na esquerda marxista, ficando isolado, politicamente. Porém, assim como na fase anterior, a educação também é posta como um dos fatores determinantes para o combate ao racismo, juntamente com as mudanças culturais, visando a eliminação do “complexo de inferioridade do negro” e a reeducação do branco (DOMINGUES, 2007, p. 118).

Com o golpe civil-militar de 1964, o movimento negro foi marginalizado e deslegitimado frente ao discurso dos militares, os quais acusavam seus militantes “de criar um



problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 111). Todavia, isto não significa que o movimento negro tenha sido suprimido por completo, pois ainda existiam algumas ações no período; porém, a reorganização de fato do movimento se deu a partir da década de 1970, assim como o ocorrido com os demais movimentos populares, sindicais e estudantis.

Entre os anos 1978 e 2000, o autor localiza a terceira etapa do movimento negro de forma imersa em uma situação internacional de lutas estadunidenses com a ascensão de figuras como Martin Luther King, Malcon X, organizações marxistas, como os Panteras Negras, além das batalhas pela libertação dos povos africanos, isto é, localiza-se a presença de um discurso mais radicalizado de combate à discriminação racial no Brasil, bem como a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Assim, o MNU tornou-se o ponto embrionário de tendências marxistas, fixando na luta anticapitalista o cerne da desarticulação do racismo no país. Em seu programa de ação, de 1982, o MNU defendia:

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114)

Esta fase do movimento negro caracteriza-se pela radicalização da desconstrução do mito da democracia racial no Brasil, bem como pela valorização de elementos associados à cultura negra, como a capoeira, o samba, as religiões de matriz africana, entre outros aspectos. No âmbito da disputa pelo espaço à memória, teve início a celebração do dia 20 de Novembro (suposta data da morte de Zumbi dos Palmares) como o Dia da Consciência Negra, sendo a data oficial da valorização da população negra, em detrimento do 13 de Maio. A grande imprensa passou a veicular a existência de um MNU e a alcunha “negro/negra” passou a configurar como um símbolo de identidade, de resistência e orgulho para a população de descendentes de africanos.

Neste período, o movimento negro passou a intervir, frequentemente, no âmbito educacional, propondo a revisão de teores preconceituosos dos livros didáticos, bem como pela reivindicação da habilitação de educadores a fim de ampliar uma pedagogia inter étnica, das reflexões acerca do papel da população negra na história do Brasil e, por último, a



exigência da inserção da história da África e da cultura afro nos currículos escolares brasileiros.

MOVIMENTO NEGRO EM PELOTAS: EXISTEM NEGROS NO SUL DO BRASIL?

A memória da contribuição da população negra na construção da região do Rio Grande do Sul é diminuída e, por vezes, até negada, ficando a constituição do Estado, no campo da memória consolidada, como sendo fruto do trabalho de imigrantes luso-brasileiros e ítalo-germânicos (MAESTRI, 2008, p. 54). Pensando sobre o contexto histórico da riqueza econômica de Pelotas, no século XIX – proveniente da indústria do charque – o número de trabalhadores escravizados ultrapassava a densidade demográfica dos demais trabalhadores.

Em 1833, ainda com o nome de São Francisco de Paula (que vem a ser Pelotas, posteriormente), diante da crescente produção de charque, se contabilizavam 5.169 negros escravizados, enquanto que o número para homens livres era de 3.555 e 1.136 libertos (MAESTRI, 1984, p. 75). Já, em 1859, a cidade ocupava o terceiro lugar na Província em número de trabalhadores escravizados (Porto Alegre e Jaguarão encontravam-se em primeiro e segundo lugares, respectivamente), somando 27% da população da cidade (ZARTH, 2002, p. 123). No primeiro momento pós-abolição, em 1890, a população pelotense correspondia em 41.591 habitantes e a população negra e mestiça contabilizava 30,7% do total (LONER, 1999, p. 69).

Na década de 30, porém, se constata um decréscimo no número da população negra e parda em Pelotas, contabilizando-se 14,9%. A hipótese mais verossímil para tal decréscimo é creditada à venda compulsória de trabalhadores escravizados para outras regiões do país nos anos anteriores à abolição, prática ocorrida em grande parte do Estado (LONER, 1999, p. 392). Porém, a historiadora Loner, que analisa as associações operárias da cidade de Pelotas, problematiza tais dados demográficos diante do grande número de representações negras em diretorias de entidades diversas e, considerando a sociedade racista a que estavam inseridos, imersos em uma contínua política de branqueamento, Loner chama a atenção para a massiva representatividade da população negra na parcela de trabalhadores em Pelotas, fato comprovado pela expressiva inserção destes em organizações mistas locais.

No período pós-abolição, a população negra vivencia o racismo institucional, fato que levou a um momento de efervescência do movimento, culminando na elaboração de diversas composições negras, entre elas, o periódico *A Alvorada* (OLIVEIRA, 2011, p. 197-201). A respeito da organização negra, foram verificadas 33 associações na cidade de Pelotas



(abrangendo o início do século XX até o ano de 1937), dos mais diversos tipos: de caridade, futebolísticas, representação política, esportivas, grêmios operários, jornalísticas, musicais, recreativas, carnavalescas, beneficentes, dramáticas (LONER, 1999, pp. 658-659). Tal fato demonstra a grande movimentação da comunidade negra em Pelotas, frente à necessidade de sua auto-organização para a construção dos espaços de sociabilidade e amparo diante do racismo agudo em que aquela sociedade se encontrava imersa.

O jornal *A Alvorada*, neste sentido, servia como uma “voz” da população negra, tanto daqueles que se encontravam em sindicatos, associações ou na própria Frente Negra Pelotense (quanto daqueles que não estavam inseridos em agrupamentos organizados). Por meio de suas páginas, a comunidade era informada das ocorrências de racismo da região e também de outras localidades (inclusive, de outros países, como Estados Unidos, notícias muito frequentes nas páginas do jornal), além da publicação de artigos de intelectuais negros locais, idealizadores do periódico, como é o caso de Antonio Baobab (nasceu escravo, comprou a sua liberdade em 1880, e é considerado a figura inspiradora da formatação do jornal) irmão de Rodolfo Xavier. Por sua vez, Xavier também atuou no periódico, assim como em diversos espaços de organização de classe, chegando a se candidatar a deputado, no ano de 1934. Rodolfo Xavier é considerado por diversos autores como o colaborador mais erudito do jornal *A Alvorada* (ALVES, 2005, pp. 13-14). Outros dois mentores do jornal, Juvenal e Durval Morena Penny, eram irmãos, foram colegas de Xavier no Curso da BPP e tiveram aulas com Baobab. Quando trabalhavam como gráficos no jornal *O Arauto*, articularam a construção do jornal *A Alvorada* (SANTOS, 2003, pp. 126-127); além dos textos destes intelectuais, também se verificam outros autores que colaboravam de forma esporádica com o jornal.

E COMO PODEMOS TRANSFORMAR ISTO EM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO?

A ideia, neste momento, não seria constituir um manual para educadores e educadoras, até porque se sabe que isto não é possível, mas sim levantar algumas possibilidades de abordagem da temática do movimento negro e da história local, partindo-se do questionamento como reflexão. Como já fora comentado, devido à longevidade da organização negra no Brasil, esta pode estar distribuída nos conteúdos de História do Brasil, de acordo com a temporalidade, em uma fração específica do currículo, voltada para o movimento negro como um todo ou, ainda, para o trabalho com alguns temas geradores.

Quanto a temas geradores, há a possibilidade de se focar na cultura como, por exemplo, através da temática do carnaval, que em muitas localidades se configurou em uma



meta-síntese de diversas comunidades negras, como é no caso da história da cidade de Pelotas. No periódico *A Alvorada*, o carnaval surge, frequentemente, como um elemento de manifestação da cultura negra na cidade, sendo publicadas marchinhas, síntese dos desfiles das escolas, descrição de sujeitos protagonistas da festa popular na região, entre outras publicações.

Além disso, a própria imprensa pode configurar-se em uma temática para o ensino de História, mensurando-se a conjuntura social a que tantos educandos ou educadores estão inseridos. Ademais, o educando deve ser entendido também como uma construção histórica, cultural e social, bem como suas identificações, além da análise da própria forma como se aprende e o modo como se ensina (SCHMIDT, 2009, p. 11). Sendo assim, entender a imprensa como um conteúdo a ser trabalhado em sala de aula coloca em discussão o seu papel no presente. Ainda, no que tange à imprensa, a amplitude da organização negra em torno da publicação de suas ideias no Brasil também pode constituir um tema à discussão em sala de aula, visto o grande número de periódicos editados por militantes negros, os quais buscavam a difusão de suas ideias.

De uma forma geral, explicitar a organização negra, sua longevidade e seu papel na história do Brasil e da região, traz consigo elementos de fortalecimento da identidade afro-brasileira, bem como a constituição da já mencionada perspectiva positiva acerca do pertencimento à identidade ou identidades negras. Além disso, o advento da articulação disto com a história local, faz com que a proximidade com os temas abordados em sala de aula propiciem um interesse maior por parte de educandos e educandas, além do conhecimento de sua ancestralidade e, também, do reconhecimento do papel para a construção da nossa sociedade da população negra que, até então, encontrava-se invisibilizada na Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora abordado, torna-se válido destacar que no âmbito da memória, verifica-se que a educação cumpre um papel fundamental na solidificação de imaginários e, portanto, as relações étnico-raciais devem estar contempladas nos currículos escolares. Destaca-se, além disso, as disputas de memória que o movimento negro vem travando ao longo de sua história, bem como o trabalho de militantes antirracistas autônomos em geral diante destas disputas, ressaltando-se que o movimento vem alcançando significativas vitórias, como é o caso da Lei 10.639/03.



Não obstante, é relevante frisar que no que tange à Lei 10.639, diversos documentos orientadores para a implementação desta foram direcionados ao encontro da concretização desta medida legislativa, porém, os reflexos da aplicação da mesma ainda não se fazem notar na proporção almejada. As experiências de ensino de História ainda são tímidas, observando-se o fato de que a lei aniversariou dez anos agora, em 2013, e adverte-se que tais experiências constituem muitas vezes em atos isolados de docentes que já trabalhavam tais temáticas, e/ou são militantes do movimento negro. Ou ainda, a temática da cultura afro-brasileira fica resumida a datas como, por exemplo, o dia 20 de Novembro, e não alcança os engessados conteúdos trabalhados em sala de aula cotidianamente.

Por fim, vale destacar que as pesquisas a respeito das possibilidades de ensino de História a partir do uso jornal *A Alvorada* ainda estão em andamento, logo, os resultados encontram-se lacunares. Contudo, sua potencialidade já é percebida desde já e, além disso, a sua utilidade na história local visando contemplar a educação para as relações étnico-raciais também.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lúcio Xavier. **Rodolpho Xavier**: Uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas. 38 p. 2005. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10.03.08**: altera a Lei 10.639/03 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena.

CUNHA, Lídia Nunes. A população negra nos conteúdos ministrados no curso normal e nas escolas públicas primárias de Pernambuco, de 1919 a 1934. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.).

História da Educação do Negro e outras Histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 221-248.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, n. 23, p. 113-136, 2007.



GOMES, Nilma. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005. P. 39-62.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937**. 2v. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984.

MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: LECHINI, G. (Org.). **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro / compilado por Gladys Lechini**. Buenos Aires: Clacso Coediciones, 2008. p. 53-88.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010.

ROMÃO, Jeruse. Introdução. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras Histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 11-19.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. p. 281. 2011. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHMIDT, Maria A. Literacia histórica: um desafio para a Educação Histórica no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 15, p. 09-22, agosto 2009.



SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.**
Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Fernanda. Oliveira. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 228 p. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUSA, Francisca. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03. Ed.Brasília: SECAD/MEC, 2005. P. 105-119.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno:** o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013